

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário de Roraima

Início Ações 1º Grau Ações 2º Grau Parecer Citações Intimações Audiências Sessões 2º Grau Buscas Estatísticas Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo: 2492279320190924162919

Processo 0810628-08.2019.8.23.0010 ☆ - (172 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário
Assunto Principal: 9597 - Seguro
Nível de Sigilo: Público

Informações Gerais

Informações Adicionais

Partes

Movimentações

Apensamentos (0)

Vínculos (0)

Realces

Realçar Movimentos de: ☐ Magistrado ☐ Servidor ☐ Advogado ☐ Membro MP ☐ Defensor ☐ Procurador ☐ Outros ☐ Audiência

Ocultar Movimentos: ☐ Inválidos ☐ Sem Arquivo ☐ Hab. Provisória

Filtros

Movimentado Por: ☐ Advogado ☐ Defensor de Justiça ☐ Entidades Remessa ☐ Magistrado ☐ Procurador ☐ Servidor

Sequencial(Intervalo): ao Data do Movimento(Período): à

Descrição:

55 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 55

500 por pág.1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
55	24/09/2019 16:29:19	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO
		Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (28/08/2019)	Procurador
<div>55.1 Arquivo: PetiçãoAss.: JOAO ALVES BARBOSA FILHOJOAO ALVES BARBOSA FILHO,2587860MANIFESTACAOLAUDO.pdfPúblico</div>			
54	05/09/2019 14:44:53	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE	Wallyson Barbosa Moura
		Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (28/08/2019)	Advogado
53	04/09/2019 14:24:52	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO
		(Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 04/09/2019 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 48) JUNTADA DE LAUDO (28/08/2019) e ao evento de expedição seq. 51.	Procurador
52	02/09/2019 10:58:36	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA	Wallyson Barbosa Moura
		(Pelo advogado/curador/defensor de DAWID GENTIL DE MATOS) em 02/09/2019 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 48) JUNTADA DE LAUDO (28/08/2019) e ao evento de expedição seq. 50.	Advogado
51	02/09/2019 10:41:18	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO	REGINA MARIA AGUIAR CARVALHO
		Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (28/08/2019)	Analista Judiciário
50	02/09/2019 10:41:18	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO	REGINA MARIA AGUIAR CARVALHO
		Para advogados/curador/defensor de DAWID GENTIL DE MATOS com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (28/08/2019)	Analista Judiciário
49	29/08/2019 00:03:07	DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	SISTEMA CNJ
		(P/ advgs. de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A *Referente ao evento (seq. 40) JUNTADA DE INFORMAÇÃO(19/08/2019) e ao evento de expedição seq. 42.	
48	28/08/2019 14:43:38	JUNTADA DE LAUDO	KETHELEN CRISTINE MONTEIRO DA COSTA
		DECORRIDO PRAZO DE DAWID GENTIL DE MATOS	Estagiário
47	27/08/2019 00:09:23	(P/ advgs. de DAWID GENTIL DE MATOS *Referente ao evento (seq. 40) JUNTADA DE INFORMAÇÃO(19/08/2019) e ao evento de expedição seq. 41.	SISTEMA CNJ
		DECORRIDO PRAZO DE DAWID GENTIL DE MATOS	
46	22/08/2019 00:03:15	(P/ advgs. de DAWID GENTIL DE MATOS *Referente ao evento (seq. 25) CONCEDIDO O PEDIDO (30/07/2019) e ao evento de expedição seq. 26.	SISTEMA CNJ
45	21/08/2019 16:24:36	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO
		Cumprimento de intimação - Referente ao evento CONCEDIDO O PEDIDO (30/07/2019)	Procurador
44	21/08/2019 14:04:50	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO
		(Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 21/08/2019 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 40) JUNTADA DE INFORMAÇÃO (19/08/2019) e ao evento de expedição seq. 42.	Procurador
43	19/08/2019 18:15:32	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA	Wallyson Barbosa Moura
		(Pelo advogado/curador/defensor de DAWID GENTIL DE MATOS) em 19/08/2019 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 40) JUNTADA DE INFORMAÇÃO (19/08/2019) e ao evento de expedição seq. 41.	Advogado
42	19/08/2019 14:33:15	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO	JEPHERSON AGUIAR DE SOUZA
		Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE INFORMAÇÃO (19/08/2019)	Estagiário
41	19/08/2019 14:33:15	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO	JEPHERSON AGUIAR DE SOUZA
		Para advogados/curador/defensor de DAWID GENTIL DE MATOS com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE INFORMAÇÃO (19/08/2019)	Estagiário
40	19/08/2019 14:32:58	JUNTADA DE INFORMAÇÃO	JEPHERSON AGUIAR DE SOUZA
		DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	Estagiário
39	14/08/2019 00:03:34	(P/ advgs. de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A *Referente ao evento (seq. 31) EXPEDIÇÃO DE AGENDAR PERÍCIA(05/08/2019) e ao evento de expedição seq. 33.	SISTEMA CNJ
		DECORRIDO PRAZO DE DAWID GENTIL DE MATOS	
38	13/08/2019 00:34:59	(P/ advgs. de DAWID GENTIL DE MATOS *Referente ao evento (seq. 31) EXPEDIÇÃO DE AGENDAR PERÍCIA(05/08/2019) e ao evento de expedição seq. 32.	SISTEMA CNJ
37	08/08/2019 15:42:06	JUNTADA DE INFORMAÇÃO	JEPHERSON AGUIAR DE SOUZA
		LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA	Estagiário
36	06/08/2019 08:33:17	(Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 06/08/2019 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 31) EXPEDIÇÃO DE AGENDAR PERÍCIA (05/08/2019) e ao evento de expedição seq. 33.	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO
		LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA	Procurador
35	05/08/2019 21:58:44	(Pelo advogado/curador/defensor de DAWID GENTIL DE MATOS) em 05/08/2019 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 31) EXPEDIÇÃO DE AGENDAR PERÍCIA (05/08/2019) e ao evento de expedição seq. 32.	Wallyson Barbosa Moura
		EXPEDIÇÃO DE CARTA DE INTIMAÇÃO (A.R.)	Advogado



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo: 08106280820198230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **DAWID GENTIL DE MATOS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^a, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DA AUSÊNCIA DE COBERTURA

Antes de expor seus argumentos quanto a perícia médica realizada na parte autora, vem informar a este juízo que diferentemente do que foi alegado, observando-se a documentação acostada, verificar-se que o autor não se encontra na situação prevista no Art.7º da Lei 6194/74, isto porque, o pedido do seguro DPVAT, refere-se ao veículo placa **NAP2423**, de propriedade da parte autora.

Ocorre que o autor, não pagou o prêmio do seguro, estando o veículo em situação irregular pelo não pagamento do seguro obrigatório à época do sinistro.

No caso trazido à baila, conforme se extrai da documentação acostada aos autos, a parte autora é proprietária do veículo causador das lesões pelas quais é pleiteada a indenização pelo Seguro DPVAT, estando a categoria daquele englobada pelo Consórcio DPVAT, à inteligência do art. 38 da Resolução do CNSP nº 332/2015.







Departamento Estadual de Trânsito de Roraima
D E T R A N / R R

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, que até a presente data, no sistema de gerenciamento de veículos utilizado pelo DETRAN/RR, **CONSTA** registro de propriedade, do(s) veículo(s) de placa: NAP2423 em nome de **DAWID GENTIL DE MATOS**, CPF nº 708.927.332-68

E conforme se observa pela consulta pública, não há pagamento para o exercício correspondente ao ano do sinistro:

Sua busca por placa: NAP2423 UF: RR CATEGORIA: 09*

	Exercício	Valor Pago	Situação	Declaração de Pagamento
+	2015	R\$292,01	Quitado	
+	2014	R\$292,01	Quitado	
+	2013	R\$292,01	Quitado	
+	2012	R\$233,41	Quitado	

(*) Motocicleta

Voltar

Imprimir

Pelo exposto, não deve ser imputada à Seguradora Ré qualquer dever de indenizar a parte autora pelos supostos danos, eis que ausentes os elementos ensejadores da obrigação indenizatória, devendo ser julgado improcedente o pedido autoral.

DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO

Noutro giro, após a nomeação de perito as partes apresentaram quesitos para que fosse verificado qual o grau de comprometimento da Invalidez apurada, cujo laudo graduou a seguinte invalidez:

Segmento Anatômico	Marque aqui o percentual
1ª Lesão <u>Abdomem</u>	<input type="checkbox"/> 10% Residual <input type="checkbox"/> 25% Leve <input type="checkbox"/> 50% Média <input checked="" type="checkbox"/> 75% Intensa
2ª Lesão <u>membros superiores direito</u>	<input checked="" type="checkbox"/> 10% Residual <input type="checkbox"/> 25% Leve <input type="checkbox"/> 50% Média <input type="checkbox"/> 75% Intensa
3ª Lesão	

Ocorre que, conforme se observa pelas respostas aos quesitos, consta a justificativa para a gradação do abdômen que a vítima teria sido "submetida à decalostomia em segundo tempo", contudo, não há qualquer documento nos autos a comprovar tal procedimento.

Cumprе ressaltar, que sequer se observar a motivação do perito para a gradação realizada já que o mesmo aponta uma invalidez com repercussão de 75% para o abdômen, mas não aponta efetiva limitação irreparável definitiva que a justificasse.

Verifica-se, assim, que não há comprovação inequívoca de que este último procedimento teria sido realizado em razão da lesão sofrida no acidente, cabendo a intimação do ilustre perito para que esclareça, com base em que documentos dos autos firmou sua conclusão.

Mister destacar ao ilustre Magistrado a edição da Medida Provisória nº 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, em vigência desde 15 de dezembro de 2008, que alterou o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194/74 em seu art. 31, assim como anexou tabela à aludida Lei, estabelecendo percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais.

Recentemente, a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Ademais, a jurisprudência é pacífica quanto à necessidade de quantificação, sendo este o entendimento consagrado através da Súmula 474, do STJ1.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que por certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

Dentro desse contexto, a Medida Provisória nº 451/2008 (posteriormente convertida na Lei 11.945/09), complementando a Lei 6.194/74, especificou em termos objetivos o percentual do valor máximo da indenização de acordo com os tipos de invalidez permanente.

Outrossim, conforme antedito, a referida inovação legal, no art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74, trouxe a figura da invalidez parcial incompleta, que é exatamente o caso dos autos.

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na presente hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

- 1) Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda;
- 2) Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Assim, se impõe-se a intimação do ilustre perito para que confirme qual dos autos se utilizou para que posa concluir pela ocorrência de novo procedimento médico de decalostomia.

Portanto, superadas as teses de defesa apresentadas, na remota hipótese de condenação, o valor indenizatório deverá respeitar o enquadramento da invalidez conforme seguimento corporal acometido, bem como o grau de repercussão indicado pelo expert, em pleno atendimento à Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ, valendo que seja observado, ainda, os limite máximo indenizável estabelecido na referida lei, bem como o pagamento efetuado em razão de sinistro ocorrido em 25/09/2012.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 24 de setembro de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR

¹**Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”